

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("FNP", "Concessionária"), apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Contábeis, com o parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Após um ano de 2019 em que foram alcançadas marcas expressivas, como a presença de mais de 1,4 milhões de usuários, além da realização de eventos de grande impacto social e econômico como a Copa América 2019 e a missa de canonização da Santa Dulce dos Pobres, a administração da Arena Fonte Nova projetava dar sequência a

este crescimento impulsionado pela implementação de novos projetos, como a Arena Gamer, além de um calendário extenso de eventos não esportivos previamente agendados para o ano de 2020. O IT20 registrou um crescimento de 59,3% do número de usuários em eventos não esportivos comparado ao IT19, o que apontava para o aumento do nível de ocupação do equipamento e, consequentemente, das receitas operacionais da concessionária. Com a disseminação do novo coronavírus em escala global, o mundo passou a conviver com uma pandemia sem precedentes, que vinha a causar uma grave crise sanitária e econômica. No intuito de tentar conter o avanço da pandemia,

a partir da 2ª quinzena de março, as autoridades públicas competentes publicaram decretos em âmbito nacional, estadual e municipal, que proibiram a realização de eventos com a presença de público. Tal cenário, que perdurou durante todo o ano de 2020, impediu a presença de usuários na Arena, principal fonte de geração de negócios da Concessionária. Diante deste cenário desafiador, respondemos rapidamente para nos adaptarmos ao contexto gerado pela Covid-19, priorizando a saúde e integridade dos nossos colaboradores, além de assegurar a continuidade dos processos de manutenção do equipamento e demais obrigações do Contrato de PPP. Frente a necessidade de ampliação

da rede hospitalar para tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus, dado ao seu perfil multiuso e perfeito estado de conservação, a Arena foi parcialmente cedida à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB/BA) para implantação do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova. A unidade foi inaugurada em 05 de junho e provisoriamente desativado em 16 de outubro. Uma vez superado o estado de pandemia, a Arena estará pronta para oferecer novas experiências aos seus usuários, promover a geração de novos negócios, apoiando a retomada da economia baiana e a geração de emprego e renda. Salvador, 26 de março de 2021

**Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido		
				Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.696	13.438	Fornecedores	10	794
Contas a receber	6	24.125	22.828	Empréstimos e financiamentos	10	64.921
Ativo financeiro da concessão	7	181.529	174.134	Debêntures	11	8.435
Adiantamentos a fornecedores		200	-	Partes relacionadas	20	-
Tributos a recuperar	9	5.675	5.348	Obrigações tributárias		4.065
Outros ativos		1.143	509	Obrigações sociais e trabalhistas		2.889
		<b>223.368</b>	<b>216.257</b>	Dividendos a pagar	14 c	9.385
				Receitas diferidas	6	2.628
				Outros passivos		5.040
						<b>98.157</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Contas a receber	6	6.458	9.752	Empréstimos e financiamentos	10	276.638
Ativo financeiro da concessão	7	667.230	720.620	Debêntures	11	43.107
Títulos e valores mobiliários	8	23.355	21.651	Partes relacionadas	20	-
Tributos a recuperar	9	28.785	33.391	Tributos sobre contraprestação	12	121.785
Créditos tributários	12 c	31.354	-	Tributos diferidos	12	102.569
Outros ativos		630	555	Receitas diferidas	6	4.715
Imobilizado		1.021	1.225	Contingências e provisões judiciais	13	619
Intangível		3.195	7.459	Outros passivos		999
		<b>762.028</b>	<b>794.653</b>			<b>550.432</b>
						<b>630.703</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>		
				Capital social	14	135.543
				Reservas de lucros		201.264
						<b>336.807</b>
						<b>282.099</b>
						<b>985.396</b>
						<b>1.010.910</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros a realizar		
<b>Em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>109.763</b>	<b>9.136</b>	<b>16.777</b>	<b>108.696</b>	<b>11.015</b>	<b>255.387</b>
Aumento de capital	12.425	-	-	(12.425)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.032	35.032
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(8.320)	(8.320)
Constituição de reservas	-	1.752	-	24.960	(26.712)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>122.188</b>	<b>10.888</b>	<b>16.777</b>	<b>121.231</b>	<b>11.015</b>	<b>282.099</b>
Aumento de capital (nota 14 a)	13.355	-	-	(13.355)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.027	71.027
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos distribuídos (nota 14 b)	-	-	(6.934)	-	-	(6.934)
Dividendos Propostos (nota 14 c)	-	-	-	-	(9.385)	(9.385)
Constituição de reservas (nota 14 b)	-	1.976	-	28.154	31.512	(61.642)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>135.543</b>	<b>12.864</b>	<b>9.843</b>	<b>136.030</b>	<b>42.527</b>	<b>336.807</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais:** A Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010, tendo como objetivo a exploração de concessão administrativa, em regime de Parceria Público Privada, pelo prazo de 35 anos, para a prestação do serviço de reconstrução, gestão da operação e manutenção da Arena Fonte Nova, podendo também desenvolver projetos associados e complementares à atividade principal, seja por meio da implementação e gestão de empreendimentos próprios, seja através de investimento e participação em outras sociedades de propósito específico, cujos objetos sociais incluem a exploração de atividades pertencentes à operação da arena multiuso e seu entorno, em conformidade com as condições e especificações no Contrato de Parceria Público-Privada ("Contrato de PPP") celebrado com o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte ("SETRE" ou "Poder Concedente") nos termos do Edital nº 001/2009. A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. - Em Recuperação Judicial ("OPP") e pela OAS Arenas S.A. ("OAS Arenas") e tem sede em Salvador-BA. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em cumprimento ao artigo 15º, alínea "G" do Estatuto Social em 26 de março de 2021.

**(a) Recuperação Judicial - Grupo Metha:** Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processo foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor. A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da Companhia, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance. Com isto, o grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados.

**(b) Recuperação Judicial - Grupo Novonor:** Em 17 de junho de 2019, a OPP controladora direta da Companhia, juntamente com sua controladora indireta Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor") (anteriormente denominada Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial) e outras empresas do Grupo Novonor, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05. Frente ao vencimento de dívidas e ocorrência de fatos imprevisíveis, a administração da Novonor, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para possibilitar o prosseguimento do seu processo de reestruturação financeira de forma coordenada, segura, transparente e organizada. A OPP e demais empresas do Grupo Novonor - Em Recuperação Judicial, continuam mantendo normalmente suas atividades, com acompanhamento por um administrador judicial nomeado pelo juízo da RJ. Em 18 de junho de 2019, ocorreu o deferimento do processamento da recuperação judicial, que teve como principais efeitos a suspensão de todas as ações e execuções em face das Recuperandas e o início do prazo legal para que a empresa apresente uma proposta de plano de recupera-

ção. Em 26 de agosto de 2019, a OPP em cumprimento ao prazo legal, juntamente com suas controladoras apresentaram a versão preliminar do plano de recuperação judicial, assim como o laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos. Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo a OPP, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 03 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 15 de outubro de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da controladora OPP foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 21 de janeiro de 2021, o plano foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**(c) Acordo de Leniência - Grupo METHA:** A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA (anteriormente denominado GRUPO OAS), investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1,9 bilhões, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047, tendo inclusive já quitado os valores relativos à primeira parcela. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

**(d) Acordo de Leniência - Grupo Novonor:** Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela Novonor com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ 3,8 bilhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples. O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior. Cabe ainda ressaltar que, em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Lava Jato, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos

**Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	2020	2019
Custo operacional	16	(5.440)	(8.352)
<b>Lucro bruto</b>		<b>112.520</b>	<b>121.180</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	17	(24.990)	(29.781)
		(24.990)	(29.781)
<b>Lucro operacional</b>		<b>87.530</b>	<b>91.399</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	18	1.049	2.244
Despesas financeiras	18	(33.613)	(44.218)
		(32.564)	(41.974)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>54.966</b>	<b>49.425</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos</b>			
Imposto de renda corrente	12 c	(7.054)	(4.720)
Imposto de renda diferido		18.884	(5.844)
Contribuição social corrente		(2.567)	(1.725)
Contribuição social diferido		6.798	(2.104)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>71.027</b>	<b>35.032</b>
Lucro básico por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas durante o exercício (expresso em R\$)	19	0,56	0,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e suas controladas. Em 09 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pelo qual se comprometeu a pagar, em vinte e dois anos, o valor total de R\$ 2,7 bilhões, valor esse que deverá ser abatido dos R\$ 3,8 bilhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF. Em suas operações no exterior, o Grupo Novonor e suas controladas seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras. Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020. A administração entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência do Grupo Novonor não deverão afetar significativamente a Companhia.

**(e) Operação Cartão Vermelho:** Em 26 de fevereiro de 2018, foi divulgado na mídia uma ação movida pela Polícia Federal contra o Governo do Estado da Bahia e o Consórcio da Arena Fonte Nova. O relatório conclusivo desta ação não faz qualquer alusão à Companhia, bem como a nenhum dos seus administradores, como autores de qualquer infração penal.

**(f) Contrato de concessão:** A Companhia é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo de concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013. A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram e que atendam aos requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014. Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Companhia, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto em abril de 2028. Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia ("TCE-BA"), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n.º 02/2010 firmado com a Companhia, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos. Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n.º 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores. Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, e o fato que qualquer ajuste no Contrato de PPP apenas poderá ser determinado após a conclusão dos estudos recomendados na decisão do TCE-BA, a Administração da Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo. Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

**(g) Glosa da contraprestação pública:** Baseado em uma simulação técnica para apurar o cálculo de Compartilhamento de Risco

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.966	49.425
<b>Ajustes para reconciliação do lucro do exercício</b>		
Depreciação e amortização	5.626	5.549
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(418)	(698)
Atualização do ativo financeiro (Nota 7)	(103.731)	(100.558)
Ajuste a valor presente	(257)	(2.011)
Juros e apropriação dos custos de captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	33.358	42.984
<b>Caixa aplicado antes das variações de capital circulante operacional</b>	<b>(10.456)</b>	<b>(5.309)</b>
<b>Variação dos ativos e passivos:</b>		
Contas a receber	410	(1.487)
Ativo financeiro	149.726	144.853
Tributos a recuperar	4.279	5.672
Fornecedores	(967)	(514)
Impostos e contribuições	(15.369)	(12.962)
Outros	(5.781)	(2.321)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>121.842</b>	<b>127.932</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	(32.673)	(42.109)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>89.169</b>	<b>85.823</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários	(1.704)	(1.797)
Adições ao imobilizado	(19)	(65)
Adições ao intangível	(1.139)	(673)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.862)</b>	<b>(2.535)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de principal (Notas 10 e 11)	(68.649)	(61.470)
Partes relacionadas (Nota 20)	(4.500)	(12.115)
Dividendos pagos	(15.900)	(8.400)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(89.049)</b>	<b>(81.985)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.742)</b>	<b>1.303</b>
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	13.438	12.135
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	10.696	13.438
	<b>(2.742)</b>	<b>1.303</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

de Demanda, a SETRE reteve o valor de R\$ 5.751 do pagamento da contraprestação da competência janeiro de 2018. No ano de 2019 foi instaurado o procedimento de Peritagem Técnica, previsto na cláusula nº 42.1 do Contrato de PPP, visando a resolução administrativa da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, referentes aos exercícios compreendidos entre 2013 e 2018. O Relatório de Peritagem Técnica teve como objeto a definição da metodologia e a realização do cálculo de apuração do diferencial de demanda a ser compartilhado entre as partes, de acordo com a cláusula n.º 19.4 do Contrato de PPP. Em 08 de março de 2021, a Companhia foi formalmente comunicada pela SETRE a respeito do Relatório de Peritagem Técnica, e ainda solicitada a manifestar-se quanto a concordância dos resultados demonstrados no referido relatório, visando a continuidade do processo e resolução da controvérsia. Em 10 de março, em resposta à SETRE, a Companhia manifestou-se amplamente favorável aos resultados do Relatório de Peritagem Técnica. Com isto, a Companhia estima que o recebimento do valor retido ocorrerá integralmente ao longo do ano de 2021.

**(h) Impactos da Pandemia de COVID-19:** As restrições impostas pelas autoridades públicas Estadual e Municipal visando conter o avanço da pandemia de COVID-19, iniciadas no mês de março estenderam-se durante o restante do ano de 2020, situação esta que implicou na suspensão de jogos e eventos e demais atividades abertas ao público na Arena Fonte Nova. Diante deste cenário, em que pese as medidas adotadas pela administração, a Companhia registrou uma redução de R\$ 11,5 milhões em sua Receita Operacional Líquida em comparação ao mesmo período do ano anterior, acarretada pela redução das receitas decorrentes de eventos não esportivos, jogos de futebol e patrocínios. No que tange aos custos e despesas, a Companhia implementou um plano estruturado de readequação dos contratos dos principais fornecedores de forma a adequá-los ao nível de restrição das atividades do equipamento, sem renunciar aos aspectos de segurança, conservação e manutenção. Tal medida resultou na redução de R\$ 8,1 milhões do montante de custos operacionais e despesas gerais e administrativas em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tendo em vista a continuação do estado de Pandemia, agravado pela chamada segunda onda, a Companhia acredita que os negócios afetados pela exploração da Arena permanecerão comprometidos ao menos durante os três primeiros trimestres de 2021, sendo esperada uma geração de receita nos patamares verificados em 2020. No entanto, em função dos ajustes orçamentários aplicados, bem como pelas características de longo prazo conferidas pelo Project Finance da Arena, a Companhia avalia não haver quaisquer riscos de continuidade da concessão. Com relação aos financiamentos do projeto e do contrato de concessão, até o momento, não houve qualquer modificação destes em função dos impactos da pandemia, tais como renegociação de parcelas ou modificação das garantias oferecidas aos credores. Em acordo realizado com o Governo do Estado da Bahia, foram cedidos sem ônus, espaços internos da Arena Fonte Nova para a implantação de um hospital de campanha dedicado ao atendimento dos portadores da COVID-19. Sua estrutura foi instalada nos setores internos da Arena, o que garantiu rapidez e economia na instalação do hospital. Com início do fun-



cionamento em 05 de junho de 2020, o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova teve as suas atividades provisoriamente suspensas em 16 de outubro, por decisão da Secretária Estadual de Saúde do Estado da Bahia ("SESAB"), ocorrendo a devolução temporária de algumas das áreas ocupadas pelo hospital. A SESAB responsabilizou-se pela execução das intervenções provisórias necessárias para que as respectivas áreas pudessem receber a realização de partidas de futebol. Diante da desativação parcial do Hospital de Campanha e mediante autorização da SESAB e da SETRE, as partidas de futebol do Esporte Clube Bahia foram transferidas do Estádio Roberto Santos ("Pituaçu") para a Arena Fonte Nova a partir do jogo Bahia x M'Galar (Perau) no dia 05 de novembro de 2020 (ver nota 22). Cumpre destacar que, apesar das limitações impostas por este cenário, que consistia-se como um evento de Força Maior, a Companhia assegura a continuidade dos processos de conservação e manutenção do equipamento nos mesmos padrões historicamente praticados, atestados pelos relatórios de acompanhamento dos indicadores de desempenho do Contrato de PPP emitidos pelo verificador independente. A Companhia está convencida que, assim que reunidas as condições necessárias para o retorno seguro das atividades, a Arena Fonte Nova será um importante vetor catalisador da retomada da atividade econômica do Estado da Bahia e da Cidade de Salvador. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. 2.1. **Declaração de conformidade (com relação aos pronunciamentos do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e, adiante, as quais estão em conformidade com as utilizações da Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor justo, que no reconhecimento inicial representa seu valor justo. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Em função de não haver outros resultados abrangentes do próprio resultado nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações contábeis. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. 2.2. **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3. **Ativos financeiros:** 2.3.1. **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Em seguida, a mensuração passa a ser pelo custo amortizado por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia são: (i) caixa e equivalente de caixa, (ii) contas a receber, (iii) ativo financeiro da concessão e (iv) títulos e valores mobiliários. 2.3.2. **Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). O montante da perda esperada por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), divulgada na nota explicativa nº 6. 2.3.3. **Contas a receber:** As contas a receber são, inicialmente, mensuradas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão (impairment) para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são originadas por: (a) Faturamento de contraprestação mensal, a partir da data oficial da entrega da Arena (abril de 2013), dos direitos decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE; (b) Locação de camarotes, locação de espaços e estacionamento; (c) Parcelas do pagamento de patrocinio firmado com a Cervejaria Petrópolis S.A.; (d) Pagamentos através de cartões de crédito, referente a venda de camarotes e bilheteria de jogos. 2.3.4. **Ativo financeiro da concessão:** Refere-se à parcela dos direitos a faturar/receber decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos serviços de reconstrução da Arena Fonte Nova decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão; Evidenciação e da Orientação Técnica OCGP 05 – Contrato de Concessão. O ativo financeiro está segregado entre o ativo circulante e não circulante com base na expectativa de recebimento das contraprestações pelo Poder Concedente. O ativo financeiro da concessão é reconhecido inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa efetiva

de juros. 2.3.5. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários ("TVM") são inicialmente registrados pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. 2.4. **Tributos a recuperar:** Referem-se substancialmente a créditos da contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre insumos e serviços de construção, adquiridos diretamente pela Companhia e utilizados na construção da Arena Fonte Nova, bem como de impostos e contribuições retidas sobre faturamento e aplicações financeiras a serem compensados com os tributos devidos. 2.5. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. 2.6. **Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação, e o seu valor tenha sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O reconhecimento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.7. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva e são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos são registrados como despesa no período em que são incorridos. 2.8. **Tributos sobre contraprestação:** Os impostos e contribuições diferidas representam a aplicação de ISS, PIS e COFINS, sobre a receita de construção e as receitas diferidas decorrentes do Contrato de PPP, além de contribuição social e o imposto de renda incidente sobre a margem de lucro relativa à construção. 2.9. **Recargas diferidas:** Referem-se às receitas de patrocinio, locação de camarotes e locação de espaços, segregadas entre passivo circulante e não circulante, a serem apropriadas com base na vigência dos contratos, pelo regime de competência. 2.10. **Tributação:** 2.10.1. **Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real anual, com recolhimento mensal, aplicando-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 por mês, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.10.2. **Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos:** Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos sobre a renda diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Tributos diferidos são mensurados à taxa de tributos que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. 2.11. **Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando a criação específica tiverem sido atendidos e descrito a seguir: (a) **Receita operacional:** A receita operacional é reconhecida mensalmente pela competência e apropriada em função da vigência dos contratos de locação (partidas de futebol, camarotes, estacionamento, quesitos/lancheons, espaços para realização de eventos e para fins publicitários), patrocinio e da realização de eventos pela Arena Fonte Nova. (b) **Atualização do ativo financeiro da concessão:** A receita de atualização do ativo financeiro (nota explicativa nº 2.3.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. (c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar o ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Com-

panhia. 4. **Gestão de risco financeiro:** 4.1. **Fatores de risco financeiro:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. (a) **Exposição a risco com taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros e aumentem as despesas financeiras dos empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas estão sujeitas, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais, variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJP-L e da taxa Selic. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. (b) **Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pelo departamento de tesouraria. (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber e outros. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os critérios determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. 4.2. **Gestão de capital:**

	2020	2019
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	393.101	461.065
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(34.051)	(35.098)
<b>Dívida líquida</b>	<b>359.050</b>	<b>425.976</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>329.323</b>	<b>282.099</b>
<b>Total do capital</b>	<b>688.373</b>	<b>708.075</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>52%</b>	<b>60%</b>

A Companhia administra o seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo saldos classificados no circulante e no não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. 4.3. **Instrumentos financeiros por categoria:** A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.696	13.438
Contas a receber	30.583	32.580
Ativo financeiro da concessão	848.759	894.754
Títulos e valores mobiliários	23.355	21.651
	<b>913.393</b>	<b>962.423</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Circulante		
Fornecedores	794	1.561
Partes relacionadas	-	4.500
Empréstimos e financiamentos	341.559	403.966
Debêntures	51.542	57.099
	<b>393.895</b>	<b>467.126</b>
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa:</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa	-	6
Bancos - conta movimento	173	1.182
Aplicações financeiras (i)	10.523	12.250
	<b>10.696</b>	<b>13.438</b>

(i) As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração a 100% (2019 – 98%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	2020	2019
<b>6. Contas a receber:</b>		
Contraprestação – SETRE	20.065	19.473
Cervejaria Petrópolis S.A. (i)	6.311	9.493
Locação de camarotes por temporada	1.498	1.945
Outros	3.224	2.803
	31.098	33.714
PECLD (ii)	(515)	(1.134)
	<b>30.583</b>	<b>32.580</b>
Circulante	24.125	22.828
Não circulante	6.458	9.752
	<b>30.583</b>	<b>32.580</b>

(i) O valor da Cervejaria Petrópolis S.A. registrado no contas a receber possui contrapartida e não conta de receitas diferidas (R\$ 5.256) no passivo circulante e não circulante, sendo reconhecido no resultado durante o prazo do contrato. O saldo remanescente, registrado na conta de receitas diferidas (R\$ 2.087), refere-se à apropriação dos contratos de camarotes e outros locatários; (ii) Se o exercício de 2020, a Companhia constituiu PECLD no valor de R\$ 418 (2019 - R\$ 698 – ver nota 17), referente ao saldo vencido e sem expectativa de recuperação, decorrente de créditos com clientes de camarotes e locação de espaços. 7. **Ativo financeiro da concessão:** Refere-se à parcela dos direitos a faturar, decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE. O quadro a seguir resume a movimentação do saldo:

	2020	2019
<b>Saldo Inicial</b>	<b>894.754</b>	<b>939.049</b>
Receita operacional da contraprestação (nota 15)	24.374	23.581
Atualização financeira	(103.731)	(100.558)
(-) Faturamento contraprestação	(144.100)	(168.434)
<b>Saldo Final</b>	<b>848.759</b>	<b>894.754</b>
Circulante	181.529	174.134
Não circulante	667.230	720.620
	<b>848.759</b>	<b>894.754</b>

Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	2019
2021	-	99.396
2022	106.757	99.396
2023	106.757	99.396
2024	106.757	99.396

	2020	2019
2025	106.757	99.396
2026	106.757	99.396
2027	106.757	99.396
2028	26.688	24.848
	<b>667.230</b>	<b>720.620</b>

8. **Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários - Financiamento (i) 20.792 17.734 Títulos e valores mobiliários - Debêntures (ii) 2.563 3.917 **23.355 21.651**

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário ("CDB") remuneradas a 99% (2019 – 99%) do CDI e mantidas com reserva suficiente para a liquidação de 06 (seis) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil; (ii) Referem-se a aplicações em CDB remuneradas a 99% e 100% (2019 – 99% e 100%) do CDI e mantidas com reserva suficiente para a liquidação de 3 (três) parcelas do serviço da dívida (principal e juros) das debêntures.

9. **Tributos a recuperar:**

	2020	2019
PIS	5.956	6.778
COFINS	27.435	31.219
Imposto sobre outros faturamentos	1.069	742
	<b>34.460</b>	<b>38.739</b>
Circulante	5.675	5.348
Não circulante	28.785	33.391
	<b>34.460</b>	<b>38.739</b>

10. **Empréstimos e financiamentos:**

Modalidades	Moeda	Vencimento	2020	2019
CCB	Reais	2025	30.579	37.384
CCB - FUNDESE	Reais	2026	142.879	171.025
Financiamento - Repasse FNE	Reais	2025	170.260	198.484
			<b>343.718</b>	<b>406.893</b>

(-) Custos de captação a apropriar (2.159) (2.927) **341.559 403.966**

Circulante 276.921 63.015 Não circulante 64.638 340.951 **341.559 403.966**

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução da Arena Fonte Nova, a Companhia obteve, em 21 de junho de 2010, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 21 de junho de 2025. Adicionalmente, também foram liberados R\$ 323.629 através do Programa de Empreendimentos Turísticos ("PROTURISMO") do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico ("FUNDUSESO"), cujo vencimento final ocorrerá em 15 de janeiro de 2026. Também foram captados recursos no total de R\$ 250.000, em contrato datado de 30 de dezembro de 2010, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e com vencimento em 28 de dezembro de 2025. (a) **Garantias:** Todos os empréstimos possuem garantias, cujo compartilhamento é regido através do compartilhamento de garantia entre os credores, conforme detalhado no quadro abaixo por empréstimo:

Modalidades	Garantias contratuais
CCB	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
CCB - FUNDESE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.
Financiamento - Repasse FNE	Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da contraprestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2020	2019
<b>Saldo Inicial</b>	<b>403.966</b>	<b>463.733</b>
Juros apropriados	29.047	36.578
Amortização	(63.009)	(60.530)
Pagamento de juros	(29.212)	(36.680)
Apropriação dos custos de captação	767	865
<b>Saldo Final</b>	<b>341.559</b>	<b>403.966</b>

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	2019
2021	-	64.313
2022	66.459	66.459
2023	68.684	68.684
2024	70.967	70.967
2025	68.198	68.198
2026	2.330	2.330
	<b>276.638</b>	<b>340.951</b>

11. **Debêntures:** Em 22 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 94.000, as quais foram objeto de colocação privada sem esforço de venda para o público em geral.

Classificação	Vencimento	2020	2019
Emissão Real	2024	51.542	57.099
		<b>51.542</b>	<b>57.099</b>

Circulante 8.435 6.524 Não circulante 43.107 51.475

As amortizações das debêntures iniciaram em 22 de março de 2014, com vencimento final em 22 de dezembro de 2024. A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2020	2019
<b>Saldo Inicial</b>	<b>57.099</b>	<b>57.927</b>
Juros apropriados	3.439	5.429
Amortização	(5.640)	(9.420)
Pagamento de juros	(3.461)	(5.949)
Apropriação dos custos de captação	105	112
<b>Saldo Final</b>	<b>51.542</b>	<b>57.099</b>

Os montantes com vencimento no longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2020	2019
2021	-	8.368
2022	12.146	12.146
2023	15.933	15.933
2024	15.028	15.028
	<b>43.107</b>	<b>51.475</b>

12. **Tributos diferidos e tributos sobre contraprestação:**

	2020	2019
ISS (a)	42.438	44.738
PIS e COFINS (a)	79.347	84.028
	<b>121.785</b>	<b>128.766</b>
Imposto de renda (b)	75.418	69.912
Contribuição social (b)	107.551	25.168
	<b>202.159</b>	<b>95.080</b>
	<b>224.354</b>	<b>223.846</b>

(a) **Tributos sobre contraprestação:** O Imposto sobre Serviços ("ISS"), PIS e COFINS diferidos são aplicados sobre o saldo do



ativo financeiro da concessão e estão sendo realizados pelo efetivo financiamento da contraprestação.

**(b) Tributos diferidos**

	2020	2019
Composição de tributos diferidos:		
Custo de construção	(142.112)	(161.714)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro	247.456	260.866
Outros	(2.775)	(4.072)
	<b>102.569</b>	<b>95.080</b>
Passivo de tributo diferido	248.267	261.973
Ativo fiscal diferido - não circulante	(145.698)	(166.893)
Passivo fiscal líquido diferido - não circulante	<b>102.569</b>	<b>95.080</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças temporárias ativas (custo do ativo financeiro da concessão e despesas pré-operacionais) e passivas (ativo financeiro da concessão a receber e custo de captação dos financiamentos e debêntures). Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, o que ocorrerá ao longo do Contrato de Concessão. **(c) Reconciliação da despesa de impostos de renda e contribuição social:**

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	54.966	49.425
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às atividades comerciais	(18.688)	(16.805)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Prejuízos fiscais sem constituição de ativo diferido	3.184	2.792
Prejuízos fiscais com constituição de ativo diferido	32.244	-
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	(136)	(213)
Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	(543)	(167)
<b>Efeito IR e CS no resultado</b>	<b>16.061</b>	<b>(14.393)</b>
IR e CS correntes	(9.621)	(6.445)
IR e CS diferidos	25.682	(7.948)
<b>Total despesa com IR e CS</b>	<b>16.061</b>	<b>(14.393)</b>

A Companhia reconheceu no ano corrente o Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 32.244, decorrente da aplicação das alíquotas nominais de IR (25%) e CSLL (9%) sobre o saldo de Prejuízo Fiscal da Companhia em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 94.835. Com base em projeções financeiras do Plano de Negócios do Projeto elaborados pela Companhia, foram estimados lucros tributáveis futuros, com os quais o prejuízo fiscal acumulado deverá ser integralmente compensado no prazo estimado de 05 anos.

**13. Contingências e provisões judiciais:**

	2020	2019
Cíveis	9	11
Fiscais	598	549
Trabalhistas	12	640
	<b>619</b>	<b>1.200</b>

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se a causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia tem ações de naturezas cível, fiscal e trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela

Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Do total de ações classificadas com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 11.658 (2019 - R\$ 9.831), destaca-se processo no montante de R\$ 9.645 (2019 - R\$ 9.180), visando a cobrança de ISS sobre as receitas de locação decorrentes da atividade de exploração do estado, relativo ao período compreendido entre abril de 2013 e abril de 2015. **14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 135.543 (2019 - R\$ 122.188), representado por 135.543.000 (2019 - 122.188.000) ações ordinárias, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo sido integralizadas pelos acionistas, na proporção de suas participações (50% cada). Em 31 de julho de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 13.355, mediante a incorporação das reservas de realização de investimentos R\$ 13.355.

**(b) Reservas de lucros:** De acordo com o Estatuto Social, as importâncias apropriadas às reservas legal e de lucros a realizar são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas. **(i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social. **(ii) Reserva de realização de investimentos:** Conforme previsto no estatuto social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, é constituída reserva de realização de investimentos mediante apropriação de até 75% que, juntamente com a reserva legal, poderá alcançar 100% do capital social. A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu reserva de realização de investimentos no montante de R\$ 28.154 (2019 - R\$ 24.960), com o objetivo de expansão das atividades da Companhia. A Administração irá propor a Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização do saldo excedente da reserva em 2020 no valor R\$ 15.065. **(iii) Reserva especial:** A reserva especial da Companhia foi constituída nos exercícios de 2014 e 2015, conforme art. 202 da Lei 6.404/76, e corresponde aos dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado destes exercícios. **(iv) Reserva de lucros a realizar:** Em virtude do lucro contábil da Companhia no ano corrente ter sido impactado pelo reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido (ver nota 12 "c"), cuja compensação ocorrerá ao longo de exercícios posteriores, a Companhia constituiu reservas de lucros a realizar no montante de R\$ 31.512, com base no art. 197 da Lei 6.404/76. **(c) Dividendos:** Aos titulares de ações emitidas na Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**15. Receita operacional líquida:**

	2020	2019
Receitas operacionais da contraprestação	24.374	23.581
Receitas operacionais	9.772	25.633
Atualização do ativo financeiro	103.731	100.558
Impostos e contribuições sobre serviços	(19.917)	(20.240)
	<b>117.960</b>	<b>129.532</b>

**16. Custo operacional:**

	2020	2019
Custo com jogos	3.458	7.428
Custo com evento	1.164	-
Custo com repasse e comissão de patrocínio	818	924
	<b>5.440</b>	<b>8.352</b>

Os custos com jogos referem-se aos gastos decorrentes do contrato firmado com o Esporte Clube Bahia para realizações de suas partidas oficiais na Arena Fonte Nova, enquanto o custo com eventos refere-se aos gastos com eventos, sejam eles de locação, próprios da Companhia ou realizados em parceria com terceiros. Já o custo com repasse e comissão registra o desembolso com a participação contratual da receita de patrocínio ao Esporte Clube Bahia.

**17. Despesas gerais e administrativas:**

	2020	2019
Despesas com pessoal	11.489	12.130
Despesas com serviços de terceiros	9.494	11.650
Água e energia	1.532	1.938
Seguros	1.050	980
Outros	935	3.047
PECLD (Nota 6)	418	698
Compra de materiais	72	138
	<b>24.990</b>	<b>29.781</b>

**18. Resultado financeiro:**

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	1.038	2.012
Outros	11	232
	<b>1.049</b>	<b>2.244</b>

**Despesas financeiras**

Juros sobre empréstimos	(29.814)	(37.443)
Juros sobre debêntures	(3.544)	(5.541)
Juros sobre empréstimo de mútuo	(70)	(688)
Comissões e despesas bancárias	(78)	(355)
IOF	(6)	(6)
Outros	(101)	(185)
	<b>(33.613)</b>	<b>(44.118)</b>
	<b>(32.564)</b>	<b>(41.974)</b>

**19. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	2020	2019
Lucro atrib. aos acionistas da Companhia	71.027	35.032
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	127.771	118.103
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b>0,56</b>	<b>0,30</b>

**20. Transações e saldos com partes relacionadas:** As transações e saldos com partes relacionadas apresentaram a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Passivo</b>		
Circulante		
Construtora OAS S.A. (i)	-	103
CNO S.A. (i)	-	103
	-	<b>206</b>
<b>Não circulante (ii)</b>		
Construtora OAS S.A.	-	2.147
CNO S.A.	-	2.147
	-	<b>4.294</b>

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Grupo Novonor e Grupo Metha, respectivamente, como penalidades decorrentes do resultado destas investigações. A administração, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos de Leniência firmados pelos citados Grupos econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas Controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro da concessão:** Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui um ativo financeiro junto ao poder concedente decorrente dos investimentos realizados na demolição e construção da nova arena multiuso, passando a ser devida pelo poder concedente à Companhia, a contraprestação que será paga em 180 parcelas, mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo ("IPCA"), com término previsto para abril de 2028. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista que a maior parte da receita decorre da atualização do ativo financeiro, bem como o saldo do ativo financeiro da concessão representa mais de 85% do total do ativo da Companhia. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para o ativo financeiro da concessão incluíram, dentre outros: (a) entendimento dos controles associados ao ativo financeiro da concessão; (b) avaliação da exatidão e integridade do saldo do ativo e dos reflexos de sua atualização no resultado; (c) recálculo dos valores com base nos indicadores contratuais e de mercado; (d) verificação do registro a valor recuperável do ativo; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o registro do ativo financeiro da concessão e seus reflexos no resultado estão adequados, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Estimativas:** As demonstrações contábeis da Companhia apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. As principais rubricas das demonstrações contábeis que requerem estimativas contábeis críticas são: • Provisão para perda estimada do contas a receber e ativo financeiro (Notas Explicativas nº 6 e 7); e • Provisão para contingências e provisões judiciais (Nota Explicativa nº 13). Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos saldos de contas a receber e do ativo financeiro da concessão, visto o alto grau de julgamento da administração envolvendo tais estimativas. **Resposta da auditoria ao assunto:** Os nossos procedimentos de

auditoria realizados em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com a administração para entendimento do ciclo de negócios e os potenciais riscos inerentes. Em relação a tais estimativas, efetuamos como principais procedimentos, dentre outros: (a) recálculo das estimativas, utilizando o critério aplicado pela Companhia, bem como avaliação da sua razoabilidade frente aos índices de inadimplência; (b) análise histórica dos recebimentos dos títulos com intuito de avaliar a inadimplência; (c) análise do aging list das parcelas com o objetivo de avaliar a idade dos títulos que compõe o contas a receber e ativo financeiro da concessão; (d) Circularização de advogados e análise das respostas quanto ao prognóstico de perda dos processos de natureza cível, fiscal e trabalhista; e (e) avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as estimativas estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi-

**Resultado**

	2020	2019
Principal (i)	(206)	103
Principal (ii)	(4.364)	(12.906)
Encargos (ii)	(70)	(688)
	<b>(4.640)</b>	<b>(13.491)</b>

(i) Adiantamentos concedidos pelo OAScor Arena Salvador ("CAS"), que possui como acionistas OAS e Odebrecht, para fazer face a gastos futuros desde a execução da obra. (ii) Pagamentos realizados pelo CAS de compromissos assumidos em nome da Companhia (Compras Diretas) para posterior ressarcimento, conforme Termo de Entendimento firmado entre as partes em 28 de março de 2013, com incidência de 115% da variação do CDI, aplicáveis sobre os valores efetivamente desembolsados. As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 4.860 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$ 4.492).

**21. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos operacionais	18/09/2021	903.154
Responsabilidade civil em geral (a)	18/03/2021	50.000
Garantia de performance da concessão	25/07/2022	11.612
D&O	19/09/2021	50.000

(a) A apólice de responsabilidade civil em geral da Companhia foi renovada dentro do prazo de vigência e possui o prazo de vencimento de 18 de março de 2022. **Eventos Subsequentes:** Em decorrência do agravamento da pandemia a partir do mês fevereiro de 2021 e da consequente necessidade de aumento das vagas hospitalares dedicadas aos pacientes acometidos pelo COVID-19, no início do mês de março houve a reabertura do hospital de campanha da Arena Fonte Nova. Dessa forma, os jogos de futebol voltaram a ser realizados no Estádio de Pitaçu a partir do dia 03 de março de 2021, ainda sem a permissão da presença de público.

**DIRETORIA**

<b>Dênio Dias Lima Cidreira</b>	Diretor Presidente
<b>Carlos Joaquim de Carvalho</b>	Diretor Financeiro

**CONTADOR**

**Carlos Augusto Oliveira dos Santos**  
CRC BA 042530/O-9

evento de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais dificuldades significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, super os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2021



**BDO**  
BDO RCS Auditores Independentes S/S  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA  
Manuel Perez Martinez Júnior  
Contador CRC 1 BA 025458/O-0